

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social - ASCOM

Sumário

VEÍCULO: O Globo.....	2
Título: Plataforma de Libra pode ser feita parcialmente no Brasil	2
Autor: Danilo Fariello	3
Título: Pará receberá compensação adicional por Belo Monte	3
Título: Bandeira nas contas de luz ficará verde em fevereiro.....	4
Autor: Eduardo Bresciani	5
Título: Governo vai aplicar Lei das Estatais em Itaipu, afirma Padilha	5
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	6
Título: Governo quer incentivar petróleo e gás em campos terrestres.....	6
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	8
Título: Revisão de subsídios sofrerá forte resistência de grupos.....	8
Título: Preço da gasolina ainda é menor no mercado externo	9
Título: Desconto na energia para irrigação chega a 90%	10
Título: O etanol continua esquecido	12
Título: Braskem paga R\$ 610 milhões pela Cetrel, de serviços ambientais.....	14
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	15
Título: Queda no preço da gasolina não chega aos postos.....	15

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: Ramona Oronez****Título: Plataforma de Libra pode ser feita parcialmente no Brasil**

Fabricação local é possível apesar de contratação no exterior, diz Petrobras.

Apesar de a Petrobras ter solicitado autorização à Agência Nacional do Petróleo (ANP) para contratar no exterior a primeira plataforma (FPSO) de produção da área de Libra, no pré-sal, a companhia disse ao GLOBO que é possível que uma parte dos equipamentos seja fabricada no Brasil. Isso poderia gerar em torno de 25 mil empregos diretos e indiretos, de acordo com estimativas da indústria.

A sinalização da Petrobras ocorre em meio a fortes críticas de vários setores da indústria nacional. Na semana passada o Sinaval, sindicato que reúne os estaleiros, obteve parecer favorável no Tribunal Regional Federal (TRF) suspendendo o processo de contratação da unidade.

O pedido de waiver (suspensão dos compromissos) de conteúdo local foi feito a ANP em setembro do ano passado, e ainda está em análise. A Petrobras, que é a operadora do consórcio de Libra, explicou que pediu à agência o waiver para reduzir o percentual de conteúdo local na contratação na unidade "por ter havido sobrepreço de mais de 40% na primeira licitação feita para contratação do equipamento".

A estatal explicou, contudo, que os sócios do consórcio de Libra acreditam que é possível, mesmo com a contratação no exterior, fabricar e interligar os módulos (os sistemas instalados em cima da plataforma) no país. A Petrobras destacou que isso foi feito nas últimas quatro plataformas em operação no pré-sal.

EMPRESÁRIOS NEGAM SOBREPREGO

A estatal ressaltou que essa possibilidade constou no documento encaminhado à ANP: "já está comunicado oficialmente no pedido feito à agência. Não há, portanto, verdade na afirmação de que a construção da plataforma será transferida integralmente para o exterior".

Os empresários, no entanto, criticam. O presidente da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), José Velloso, disse que a Petrobras tem de mostrar que há o sobrepreço: Como dizer que não temos competitividade, se não fomos procurados por essas empresas que apresentaram as propostas para consultar sobre os preços? A Petrobras tem que provar que os preços estão 40% mais caros.

Já o presidente da Associação Brasileira de Engenharia de Construção Onshore e Offshore Naval (Abecom), Maurício Almeida, disse que a petrolífera deveria convocar várias entidades do setor da indústria para discutir a questão.

A Petrobras afirmou que o consórcio de Libra quer estabelecer uma parceria saudável e produtiva com a indústria local "e que se baseie na capacidade dos fornecedores de produzir os equipamentos com a qualidade necessária, dentro do prazo e com custo compatível com o mercado para que o cronograma estabelecido para o início da produção no campo de Libra seja cumprido"

Correção

Diferentemente do que foi publicado na primeira página do GLOBO de ontem, a Petrobras subiu o preço do diesel, e não da gasolina, no início de janeiro.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Danilo Fariello

Título: Pará receberá compensação adicional por Belo Monte

Estado obtém R\$ 65 milhões a mais na Justiça por abrigar usina.

O Pará conseguiu vencer o governo federal na Justiça e vai levar uma parcela maior da compensação ambiental paga pela usina hidrelétrica de Belo Monte. Do valor total de R\$ 126,3 milhões a ser pago pelos responsáveis pela usina, inicialmente o governo federal havia destinado apenas R\$ 34,3 milhões (27%) para unidades de conservação no estado onde fica o empreendimento. A maior parte tinha sido reservada, no ano passado, ao Parque Nacional do Juruena, com sede no estado vizinho de Mato Grosso.

Em abril de 2016, o Pará conseguiu uma liminar na Justiça Federal para que fossem redistribuídos os recursos, e, a partir de nova decisão divulgada na última quarta-feira, quase R\$ 100 milhões, ou 78,6% do total, passaram a ser destinados ao estado onde fica a usina. O aumento líquido de recursos para o Pará é de R\$ 65 milhões com a nova distribuição.

Na nova decisão do Comitê de Compensação Ambiental Federal, foram redistribuídos recursos destinados às unidades de conservação federais, dando mais dinheiro a áreas localizadas no Pará, principalmente regiões próximas à rodovia BR-163. O presidente do Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Pará (Ideflor), Tiago Valente, disse ao GLOBO que a ampliação das compensações ajudará no combate ao desmatamento e na organização das unidades de conservação no estado. — Do ponto de vista do cidadão, temos

muito o que comemorar, porque a ação reverteu a desproporcionalidade da distribuição dos recursos — afirmou Valente.

Procurado, o Ibama informou que não vai recorrer da liminar do governo e que a data do pagamento dos recursos para as entidades que administram as unidades de conservação ainda depende da autorização da Justiça Federal — uma vez que os recursos estão depositados em juízo.

Apesar de comemorar a atração maior dos recursos para o estado, o presidente do Ideflor reclama que, tanto na decisão inicial da Câmara, quanto na reversão da posição, o estado não foi chamado a opinar na discussão do Comitê de Compensação Ambiental Federal. — Houve o cumprimento da liminar, mas ficou esse desconforto de se ter uma lacuna de recursos para unidades de conservação da bacia do Xingu com impacto da obra que precisavam ser beneficiadas para poder dar resposta mais efetiva ao aumento do desmatamento — explicou Valente.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Danilo Fariello

Título: Bandeira nas contas de luz ficará verde em fevereiro

Tarifas estão sem cobrança extra desde dezembro

A bandeira tarifária das contas de luz continuará verde em todo o país em fevereiro, informou ontem a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Com isso, as tarifas de energia elétrica continuam sem cobrança extra. A conta está sem cobrança da bandeira desde dezembro, quando o sinal amarelo adotado em novembro foi revertido.

Segundo a Aneel, a condição hidrológica favorável não exigiu o acionamento das térmicas, cujo custo é mais elevado. Este é o período do ano em que mais chove. Na avaliação de especialistas, o fim da bandeira verde nas contas deve ocorrer apenas a partir de maio, a depender das condições climáticas.

De acordo com a Aneel, as bandeiras tarifárias sinalizam aos consumidores os custos reais da geração de energia elétrica. "Com as bandeiras, a conta de luz fica mais transparente, e o consumidor tem a melhor informação para usar a energia elétrica de forma mais consciente") informou a agência por meio de nota.

VEÍCULO: O Globo**Seção: País****Autor: Eduardo Bresciani****Título: Governo vai aplicar Lei das Estatais em Itaipu, afirma Padilha**

Indicações feriam legislação vendida como moralizadora de empresas públicas.

Depois de O GLOBO revelar que a indicação de dois dos seis diretores anunciados para a hidrelétrica de Itaipu fere a Lei das Estatais, o ministro-chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha, afirmou que o governo federal aplicará a nova legislação nas nomeações. Apesar de os nomes terem sido divulgados há uma semana pela Secretaria de Imprensa da Presidência da República, a Casa Civil diz que as indicações ainda estão em fase de “pesquisa” e que não há previsão de publicação no Diário Oficial.

— Sim. A Lei das Estatais se aplica no caso — afirmou Padilha. A informação do ministro de que será levada em conta a nova legislação, sancionada no ano passado pelo presidente Michel Temer, deve levar o governo a alterar as indicações para as diretorias administrativa e de cooperação. Isso porque a Lei das Estatais veda a nomeação “de pessoa que atuou, nos últimos 36 (trinta e seis) meses, como participante de estrutura decisória de partido político ou em trabalho vinculado a organização, estruturação e realização de campanha eleitoral”.

INDICADOS DO PARANÁ

Para a diretoria administrativa, o nome anunciado foi o de Rubens de Camargo Penteado. Ele foi indicado ao cargo pelo líder do PPS na Câmara, Rubens Bueno (PR). Penteado, porém, ocupou cargo no diretório do PPS paranaense até junho de 2016. Publicitário, ele já foi secretário-geral do partido. Na diretoria de cooperação, por sua vez, a intenção do governo era nomear Ramiro Wahrhaftig, indicado pelo deputado Eduardo Sciarra (PSD-PR). Ramiro, por sua vez, integrou o diretório estadual do PSD paranaense até maio de 2016.

Após a revelação da indicação de políticos para o cargo, circulou no governo a tese de que pelo fato de Itaipu ser uma binacional, administrada em conjunto com o Paraguai, a regra que veda a nomeação de ex-dirigentes partidários não precisaria ser aplicada. A confirmação de Padilha de que o critério valerá para a hidrelétrica deve obrigar substituições. A Lei das Estatais foi vendida pelo governo como uma “moralização” das empresas públicas e uma forma de afastar a interferência política.

Mas, como O GLOBO mostrou, os cargos de comando de Itaipu foram todos loteados entre políticos paranaenses. O governador do Paraná, Beto Richa (PSDB), é o padrinho do novo diretor-presidente, Luiz Fernando Vianna. O segundo vice-presidente da Câmara, Giacobbo (PR) indicou Marcos Antonio Baumgartner para a diretoria técnica. O deputado Fernando Francischini (SD) é o padrinho da diretora jurídica, Marilice Collin, que é formada em Direito e Administração e já foi Miss Paraná em 1995.

O deputado Sérgio Souza (PMDB-PR), por sua vez, indicou Marcos Vitório Stamm como diretor financeiro. Stamm já trabalhou no gabinete de Souza no Senado e em 2012 foi acusado de não comparecer ao trabalho, pois era presidente da Associação Brasileira dos Advogados Públicos (Abrap). Em nota, o indicado a diretoria afirma que prestava serviços ao gabinete de Souza e que não havia incompatibilidade entre as funções.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: João Pedro Pitombo

Título: Governo quer incentivar petróleo e gás em campos terrestres

O ministro das Minas e Energia, Fernando Filho, lançou nesta sexta-feira (27) em Salvador o programa "Reate", destinado ampliar a produção de petróleo e gás em campos terrestres no país.

O programa, contudo, foi lançado sem um detalhamento sobre quais medidas serão adotadas. Segundo Fernando Filho, o governo quer primeiro ouvir os empresários para formatar o "Reate".

"Junto com a indústria nós vamos formatar um programa para dinamizar [o setor de campos terrestres]. Qual medida será adotada? Isso não está fechado. Depois dessa grande escuta, vamos fazer um grande lançamento", afirmou o ministro.

A expectativa é que as medidas sejam definidas até a reunião do Conselho Nacional de Política Energética, em 8 de junho.

O diretor de Petróleo e Gás Natural, Márcio Félix, afirmou que o "Reate" tem como meta principal ampliar o número de operadores em campos terrestres e diversificar os fornecedores de bens e serviços deste segmento.

O Brasil possui atualmente 7.800 poços de petróleo em terra, sendo que 96% deles estão nas mãos da Petrobras.

A produção dos campos em terra é de 143 mil barris de óleo por dia, o equivalente a menos de 10% do total de petróleo produzido no país.

O ministro Fernando Filho afirmou que o Brasil "ainda tem muito a avançar" na exploração de petróleo e gás em campos terrestres.

E comparou o país com Argentina e Equador, que produzem três vezes petróleo mais nesta modalidade, mesmo tendo território menor.

"O nosso objetivo é ver a nossa produção [em campos terrestres] ser dobrada, triplicada ou até mais nos próximos anos", afirmou.

O ministro ainda destacou o impacto econômico dos campos terrestres: "É um investimento menor, mas que traz um impacto enorme para o interior profundo do país, como no Nordeste brasileiro, por exemplo".

Produtores querem uma alíquota mais baixa nos royalties em áreas consideradas "de fronteira", sem histórico de exploração, que podem ser reduzidas de 10% para 5%.

Também pedem a redução das exigências regulatórias, inclusive no licenciamento ambiental, para exploração de campos de petróleo e gás em terra.

As novas medidas devem ser adotadas a partir da 14ª rodada de licitações, prevista para o segundo semestre, que deve licitar 228 campos de petróleo e gás no país.

Antes disso, em maio deste ano, a ANP (Agência Nacional do Petróleo) realiza a 4ª Rodada de Licitações de Áreas com Acumulações Marginais, voltada para bacias maduras. Serão oferecidas nove áreas nos Estados do Espírito Santo, Rio Grande do Norte e Bahia.

A Bahia foi escolhida para o lançamento do "Reate" por seu simbolismo. Foi na cidade de Candeias, região metropolitana de Salvador, onde foi iniciada a primeira operação comercial de um poço de petróleo do país, em 1941.

PROTESTOS

O ministro Fernando Filho foi recebido com protestos na capital baiana. Vestindo camisas pretas e com faixas na mão, um grupo de sindicalistas criticou a venda de ativos da Petrobras e o fim da imposição de que a estatal tenha participação obrigatória nos campos do pré-sal.

Fernando Filho defendeu as medidas e afirmou que as ações do governo Michel Temer (PMDB) têm como objetivo recuperar a Petrobras.

"A Petrobras vai poder escolher aqueles [blocos] que vão fazer mais sentido para trabalhar. Não podemos ficar esperando que uma única empresa possa explorar o pré-sal", afirmou.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Anne Warth

Título: Revisão de subsídios sofrerá forte resistência de grupos

Favorecidos pelos descontos contam com o apoio de deputados e senadores para manter os benefícios.

O desafio do governo de rever os subsídios do setor elétrico não será fácil. Os grupos que recebem os descontos são amplamente articulados e contam com a movimentação de deputados e senadores para mantê-los.

Para este ano, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) propôs reduzir a quase metade o valor do subsídio pago para o carvão, de R\$ 1 bilhão por ano para R\$ 556 milhões. O subsídio para o carvão, na verdade, é dado às minas. Por lei, o governo assegurou uma compra mínima de carvão para manter a atividade econômica nas regiões produtoras de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Após fiscalização, a Aneel percebeu que havia um grande estoque de carvão não utilizado pelas quatro usinas beneficiadas pelo subsídio: Jorge Lacerda, Presidente Médici (fases A e B), Candiota 3 e Figueira. Assim, o órgão regulador decidiu cortar o valor repassado para compra do combustível.

Desde que os números foram divulgados, já se manifestaram contra essa redução a Associação Brasileira do Carvão Mineral (ABCM); a Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica (CGTEE), do grupo Eletrobrás; o Sindicato da Indústria de Extração de Carvão do Estado de Santa Catarina (Siecesc); o Sindicato Nacional da Indústria da Extração de Carvão (SNIEC); e até a Ferrovia Tereza Cristina, que transporta carvão e teme a perda de recursos com a redução das viagens.

O subsídio para as usinas movidas a óleo e a diesel que atendem às regiões isoladas do norte do País também deve ser reduzido, dos atuais R\$ 6,3 bilhões anuais para R\$ 4,3 bilhões. A fiscalização da Aneel não repassa às empresas recursos para a compra de combustível a preços muito altos e volumes excessivos. Já se manifestaram contra essa redução a Eletro-brás, que tem

contratos com termoeletricas, e a Petrobrás, fornecedora do combustível usado por essas usinas.

O presidente da Associação Brasileira de Irrigação e Drenagem (Abid), Helvecio Mattana Saturnino, defendeu o subsídio do setor e disse que os irrigantes pagam a estrutura para que a energia chegue até suas propriedades. Segundo ele, sem o desconto, o preço dos alimentos subiria para todos os brasileiros. "Não se pode jogar mais esse custo nas contas do produtor." A presidente executiva da Associação Brasileira de Energia Eólica (Abeeólica), Elbia Gannoum, disse ser contra os subsídios para o setor. "Se for para acabar com o desconto, eu dou apoio, desde que tirem o benefício de todas as fontes alternativas, e não só das eólicas."

O presidente da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica, Nelson Leite, disse que os subsídios devem ser pagos pelo Tesouro. "Em todo o mundo, as políticas sociais são pagas pelo governo, e não pelo consumidor de energia."

A Confederação da Agricultura e Pecuária (CNA) não se manifestou.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Fernanda Nunes

Título: Preço da gasolina ainda é menor no mercado externo

Relatório do Bradesco BBI mostra que mesmo com último corte, Petrobrás vende combustível com vantagem.

Os preços da gasolina e do óleo diesel da Petrobrás ainda estão mais elevados que os praticados no mercado internacional. Mesmo após as quedas de 1,4% da gasolina e de 5,1% do diesel, anunciadas na quinta-feira, a estatal ainda vende combustíveis com vantagens de 6% e 1,5%, respectivamente, sobre as importações, segundo os analistas do Bradesco BBI, Filipe Gouveia e Osmar Camilo.

Em relatório, eles classificam como "inesperada" a decisão da empresa de revisar os preços em um intervalo inferior a um mês. Mas ressaltam que, ao decidir pela revisão, a empresa demonstra acompanhar as oscilações do mercado externo.

O óleo diesel vendido nas refinarias da Petrobrás ficou 6,1% mais caro no dia 5 deste mês, enquanto a gasolina se manteve inalterada. O segundo ajuste dos preços domésticos em janeiro estava fora do radar, mas não deve ser encarado

com surpresa, segundo Gouveia e Camilo. Eles explicaram que a companhia demonstrou ontem ao mercado que poderá anunciar alterações em um intervalo inferior a 30 dias. Isso revelaria que a política de preços da estatal realmente funciona, na opinião dos dois analistas.

O Bradesco prevê que o reajuste anunciado ontem terá impacto negativo de aproximadamente 4% sobre a geração de caixa da Petrobrás neste ano. Ainda assim, a previsão é que a empresa chegará em 2018 com nível de alavancagem próximo à meta de 2,5 vezes. A projeção do banco é de 2,8 vezes.

O ex-diretor da Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis (ANP) e professor do Grupo de Economia da Energia (GEE) da UFRJ, Helder Queiroz, ressalta, no entanto, a falta de transparência da empresa na condução dos preços dos combustíveis. Isso, em sua opinião, afasta investidores da área de refino, hoje controlada pela estatal. Há apenas uma refinaria privada em funcionamento no Brasil, a de Manguinhos, no Rio de Janeiro.

"Pode ser bom para a Petrobrás, mas não é suficiente para atrair investidores. Além disso, gera uma confusão na cadeia. As distribuidoras não estavam acostumadas a essa oscilação", opinou.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Anne Warth

Título: Desconto na energia para irrigação chega a 90%

Beneficiários têm tarifa menor assegurada por lei; governo estuda rever subsídios.

De cada R\$ 100 pagos na conta de luz, R\$ 20 servem para cobrir as despesas com os mais diversos subsídios no setor elétrico. Dados da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) levantados a pedido do "Estado" mostram o peso desses benefícios na tarifa de energia e expõem os descontos a que cada grupo de interesse tem direito.

No ano passado, o conjunto de consumidores do País recolheu R\$ 18,291 bilhões para sustentar a conta das políticas sociais do governo. Com esse dinheiro, foi possível conceder desconto médio de R\$ 45 para os grupos beneficiados, que vão de famílias de baixa renda a setores como o agricultura de irrigação.

Às vésperas da definição do orçamentos dos subsídios para o setor elétrico neste ano, o diretor-geral da Aneel, Romeu Rufino, critica o tamanho da conta

desses benefícios. "Subsídio, via de regra, só aumenta com o passar dos anos", afirmou.

Empresas que fornecem serviços públicos de água, esgoto e saneamento também fazem jus a subsídios. Têm igualmente direito a desconto na energia a partir de fontes incentivadas, como eólica, solar, bio-massa, pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) e cogeração. Nesse caso específico, as duas pontas têm benefícios: as usinas que produzem a energia e o comprador do insumo, como o comércio e a indústria.

Proporcionalmente, a população de baixa renda é a que recebe o menor benefício. São R\$ 20,50 de desconto para cada uma das 9,3 milhões de famílias beneficiadas. A redução na conta varia de 10% a 65% - quanto maior o consumo, menor o desconto, que é limitado a 220 quilowatt-hora (kWh).

O maior desconto, por sua vez, é concedido aos geradores de fontes incentivadas e a seus consumidores. De acordo com a Aneel, são nada menos que R\$ 22.298,41. Isso acontece porque as usinas têm direito a pagar uma tarifa de uso do sistema, no mínimo, 50% menor. Para o consumidor dessa energia, a tarifa também fica, em média, 50% mais baixa.

A agricultura de irrigação e os criadores de peixe recebem desconto médio de R\$ 461,79. As duas atividades têm desconto que varia de 63% a 90% para consumir energia em horários alternativos, entre 21h30 e 6h. Empresas dos setores de água, saneamento e esgotos pagam tarifa 15% menor. O desconto médio para essas companhias é de R\$ 642,64. Os agricultores recebem, em média, desconto de R\$ 49,15 nas contas de luz. Eles têm direito a pagar de 10% a 30% menos na tarifa.

Todos os grupos beneficiários têm seus descontos assegurados por lei. Mas, diante do tamanho da conta e do impacto para o consumidor, a Aneel promoveu uma devassa no orçamento dos subsídios para este ano. Depois do pente-fino, a área técnica propôs reduzir a conta de R\$ 18,291 bilhões em 2016 para R\$ 14,139 bilhões neste ano. "A Aneel tem sido implacável na fiscalização sobre o uso desses recursos, que são públicos", ressaltou Rufino. "Certamente, se fôssemos relapsos, o valor poderia ser o dobro do que calculamos."

A proporção do subsídio na conta de luz caiu drasticamente em 2013, quando o governo da ex-presidente Dilma Rousseff lançou o programa de desconto de 20% na conta de luz. Na época, as políticas sociais saíram da tarifa e passaram a ser bancadas com recursos do Tesouro. Porém, com a seca e o descontrole de gastos da União, a medida foi revista. Todos os subsídios voltaram para a conta de luz, que acabou subindo 51% em 2015.

Revisão. O governo pretende rever a política de concessão de subsídios na área de energia elétrica. Um grupo de trabalho criado em outubro do ano passado vai elaborar um plano de redução dos custos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE). É por meio desse fundo que a maioria dos subsídios é concedida. Os recursos são arrecadados através de um encargo embutido na tarifa de energia, que onera 4,5 vezes mais os clientes do Sul, Sudeste e Centro-Oeste comparativamente aos do Norte e Nordeste.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Opinião

Autor: Adriano Pires

Título: O etanol continua esquecido

Dois ícones do setor de energia foram dizimados pelo PT: a Petrobrás e o etanol. A Petrobrás vem numa trajetória de aparente recuperação. Tem um plano de desinvestimentos ambicioso, que em 2016 praticamente atingiu a meta de US\$ 15 bilhões, e uma nova política de preços, segundo a qual a direção da empresa anunciou que a gasolina e o diesel não serão mais vendidos abaixo da paridade do mercado internacional e que, a partir de agora, os preços serão reajustados sempre seguindo a tendência do mercado internacional. Ou seja, o acionista minoritário voltou a ser respeitado.

Enquanto isso, o governo continua se esquecendo do etanol ao não definir uma política pública para o setor sucroalcooleiro. Com isso, a produção do etanol hidratado vem caindo e, se nada for feito, tende a desaparecer.

Para ter uma ideia, a quantidade de cana processada na safra 2016/2017 foi igual à da safra anterior, e o Açúcar Total Recuperável (ATR) também, o que já não é uma boa notícia. Mas o que chama a atenção é a queda da produção do etanol hidratado. E por que isso está acontecendo? Porque os usineiros, de maneira correta, olham para o mercado internacional e veem de forma clara o aumento do preço do açúcar e a perda de competitividade do etanol hidratado em relação à gasolina. Diante disso, são obrigados a produzir mais açúcar e menos hidratado.

Isso é bom para o Brasil? Acredito que não. Primeiro, é bom lembrar que o Brasil é o maior produtor de açúcar do mundo. Ora, se as políticas no mercado interno levam o produtor a fazer mais açúcar, as consequências serão a queda do seu preço no mercado internacional e o prejuízo na nossa balança comercial. Segundo, com a perda de competitividade do hidratado em relação à gasolina, passaremos a importar mais gasolina, e outra vez isso levará a números piores na balança comercial.

Terceiro, com este cenário do quase desaparecimento do etanol hidratado, jamais atingiremos as metas da COP 21.

Quarto - e, com certeza, o mais importante -, estamos abrindo mão de uma tecnologia brasileira que gera empregos e que está em plena evolução com a produção do chamado etanol 2G.

O que fazer? Em primeiro lugar, é fundamental que o governo deixe de ter uma visão míope sobre a Cide e passe a premiar o etanol pelas suas externalidades positivas. O governo precisa entender que é moderno e bom para o Brasil ter uma política que diferencie, por meio de tributação, os combustíveis limpos e renováveis dos sujos.

O atual governo não pode cair no mesmo erro do anterior, que chegou ao limite de zerar a cobrança da Cide na gasolina. A Cide precisa ser encarada e explicada ao consumidor como um imposto ambiental, que visa a melhorar a qualidade do ar que respiramos. Mas, infelizmente, o que observamos é uma ausência de política pública, e com isso o etanol continua esquecido. Se não, vejamos: no dia 1.º de janeiro deste ano o governo elevou o PIS/Cofins do etanol hidratado em R\$ 0,12/litro. No dia 6/1, a Petrobrás subiu o preço do diesel em R\$ 0,10/litro, aumentando o custo agrícola. Enquanto isso, foi mantido o preço da gasolina na refinaria. No dia 26/1, aumenta a gasolina e o diesel. Tudo isso sem elevação de Cide ou de PIS/Cofins na gasolina. Isso surpreende o mercado, que esperava sinais que pusessem fim à política de stop and go que vem penalizando o etanol, interrompendo ciclos de investimento.

No final de 2016 veio uma esperança quando o governo, por meio do Ministério de Minas e Energia, lançou o Programa RenovaBio. Esse programa foi apresentado com o objetivo de criar políticas que internalizassem as externalidades positivas do etanol. Isso se daria por meio da Cide e, no futuro, com mandatos, como existem no mercado americano. Mas, até agora, o que aparentemente prevaleceu foi a miopia do governo. A conferir.

Diretor Do Centro Brasileiro De Infraestrutura (Cbie)

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção:** Negócios**Autor:** Fernando Scheller e Fátima Laranjeira**Título:** Braskem paga R\$ 610 milhões pela Cetrel, de serviços ambientais

Empresa de tratamento de efluentes no polo de Camaçari foi ativo que ‘sobrou’ na venda da Odebrecht Ambiental.

O conselho de administração da Braskem aprovou nesta sexta-feira, 27, acordo para a compra da empresa de tratamento de resíduos e fornecimento de água para o polo petroquímico de Camaçari, na Bahia, por R\$ 610 milhões. O ativo fazia parte da Odebrecht Ambiental, mas não foi incluído na venda da divisão para a gestora canadense Brookfield, em contrato celebrado em outubro do ano passado, por cerca de R\$ 2,8 bilhões. Essa aquisição, porém, depende ainda do acordo de leniência do grupo Odebrecht para ser concluída.

Nesses últimos meses, o negócio procurava uma “casa” dentro ou fora do grupo Odebrecht. Embora não possa ser considerada um ativo do núcleo de negócios da Braskem, o Estado apurou que a petroquímica avaliou que o negócio serviria para garantir a prestação de serviços no polo petroquímico.

“A Cetrel tem papel relevante na gestão dos processos ambientais das atividades do Polo Petroquímico de Camaçari”, afirmou, em nota, Fernando Musa, presidente da Braskem. “A aquisição busca garantir a segurança e a confiabilidade das operações industriais no polo, em linha com a estratégia da Braskem de reforço de sua operação petroquímica”.

Retorno. A aquisição anunciada ontem, na realidade, representa a volta da Cetrel à Braskem. Em 2012, a petroquímica havia repassado a companhia à Odebrecht Ambiental porque o tratamento de efluentes não fazia parte de sua atividade principal. À época, o valor da venda foi de R\$ 652 milhões – agora, a companhia vai pagar um pouco menos pelo ativo.

A Cetrel é uma empresa de serviços ambientais que iniciou suas operações em 1978, juntamente com as indústrias do polo petroquímico de Camaçari. Segundo a Braskem, a Cetrel tem mais de cem clientes. Além de atender a própria Braskem, a companhia presta serviços para outros grupos, como a Petrobrás e a Ford.

A compra aprovada ontem envolve a totalidade das ações detidas pela Odebrecht Utilities na Cetrel, que representa 63,7% do seu capital. O valor do negócio será pago na conclusão da transação, podendo sofrer eventuais alterações.

Venda. Em movimento contrário, a Braskem vendeu um outro ativo considerado fora de suas prioridades de negócios: a distribuidora de produtos petroquímicos quantiQ, que ficou nas mãos do fundo americano Advent, por R\$ 550 milhões. Este negócio saiu após uma longa negociação – a Braskem tentava se desfazer do ativo havia anos.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Economia

Autor: Renato Souza

Título: Queda no preço da gasolina não chega aos postos

A redução de preços anunciada pela Petrobras para a gasolina e o diesel ainda não surtiu efeito nas bombas dos postos de combustíveis. Em Brasília, os valores cobrados por litro continuam inalterados nos mesmos distribuidores visitados pela reportagem do Correio na última terça-feira (24). As poucas variações registradas ontem foram atribuídas por frentistas e gerentes às promoções para quem paga à vista. Em média, os preços para quem usa dinheiro ou débito são de R\$ 0,10 mais baratos do que para os que pagam com cartão de crédito.

Segundo gerentes de postos, as redes ainda não definiram valores depois de a redução anunciada pela Petrobras. A médica Adriana Sobral, 41 anos, usa o carro para trabalhar e levar os filhos à escola todos os dias. Ontem, teve a expectativa de abastecer o tanque com um preço reduzido frustrada. No local escolhido, o preço estava igual ao do início da semana. “Ainda está muito caro encher o tanque e compromete meu orçamento. O preço da gasolina está abusivo”, reclamou.

O motorista Hélio Reis, 56, também questiona o valor cobrado pelo combustível. “Está muito caro. Eu lembro que, em outubro, pagava R\$ 3,29. Agora, está acima de R\$ 3,60. Desde então, contei três aumentos”, desabafou. Sem condições de absorver os aumentos, ele optou por usar, cada vez mais, o transporte público. Entre o conforto do carro e a economia para o bolso, ele não tem dúvidas em andar mais vezes de ônibus ao longo da semana.

O economista Fábio Silveira, sócio-diretor da MacroSector Consultores, avalia que a redução anunciada pela Petrobras não chegou às bombas pelo recuo mínimo autorizado, de 1,4% para a gasolina, e de 5,1% para o diesel. Na opinião dele, não há justificativas para a estatal não autorizar cortes maiores. “Há gordura para reduzir mais. A gasolina tem o preço local 11% acima do custo internacional. E o óleo diesel está 40% mais caro”, ponderou.

Como o etanol subiu no período de entressafra da cana-de-açúcar, iniciado em novembro, os preços do etanol aumentaram, provocando um efeito cascata

sobre a gasolina, uma vez que o combustível é composto de 27% de álcool. Esse processo, no entanto, deve ser revertido ao fim de janeiro e início de fevereiro, avalia Silveira. “O preço do etanol aos produtores já começou a cair”, afirmou.

MME / ASCOM